

Renasce o peleguismo?

Os sindicatos ajudam a conquista de direitos profissionais e civis

Roberto **Romano**
romanor@uol.com.br

Os sindicatos ajudam a conquista de direitos profissionais e civis. Mas é possível verificar uma afinidade excessiva entre partidos e movimentos sindicais, o que obstaculiza o livre movimento de ambos. Os diretores de centrais operárias podem reduzir o seu papel ao plano de simples correias de transmissão entre governo e trabalhadores. Surge o "pelego" que adocica o amargor das medidas impostas pelos antigos parceiros dos trabalhadores, agora nos palácios. Pelegos auxiliam governos autoritários a dobrar a vontade dos cidadãos. O período varguista os conheceu, bem como a época de JK e de Jango. No governo militar os pelegos foram prestativos. Contra eles surgiu o movimento que viu Luiz Inácio da Silva como um líder. Na liberdade dos sindicatos, diante dos patrões e do governo, o PT encontrou a fórmula que lhe deu crescente apoio das massas.

O governo do PT deixa de aplicar a ética na política, na medida em que a "governabilidade" o conduz aos mesmos gestos das administrações anteriores. Do "é dando que se recebe" à leniência diante de irregularidades (o foro privilegiado do presidente do BC), à perseguição dos críticos que sempre foram os seus sustentáculos (as expulsões de parlamentares do PT), a ética se tornou rarefeita no ambiente petista. Some-se a traição cometida em Fortaleza e Salvador, o desmantelamento dos direitos, etc. Agora se prepara a "reforma sindical". Sindicatos não alinhados com o governo, preparem o lombo.

Uma denúncia forte desta possibilidade encontra-se em Nota do Andes Sindicato Nacional que representa os movimentos universitários docentes do Brasil. Cito a nota: "No final de setembro, chegou ao Andes-SN cópia de uma correspondência encontrada na impressora da sala de computadores destinada aos hóspedes do Hotel das Américas, em Brasília, que fora encaminhada ao Secretário Executivo Adjunto do MEC, senhor Jairo Jorge. Confirmadas a autoria do texto e a veracidade do tema tratado, sem dúvida, estaríamos diante de gravíssima ingerência governamental na autonomia sindical. Por essa razão, o Andes-SN solicitou formalmente um posicionamento oficial do MEC sobre o assunto. O silêncio do ministro, até o momento, e as evasivas do senhor Jairo Jorge alimentam as inquietações do Sindicato.

No texto, o suposto autor se identifica: 'Meu nome é Homero Catão Maribondo da Trindade, estive junto com o Gil Vicente no seu gabinete dia 14/09/2004 por volta das 19h30, tratando entre outros assuntos da criação de um organismo, um fórum, que trate dos interesses exclusivos das Instituições Federais de Ensino Superior, onde estiveram também presentes o ministro Tarso Genro, o Sylvio Pétrus e o Fernando Haddad. Na despedida, solicitei a sua autorização para enviar este e-mail, para tratar de um assunto inicialmente colocado para o Vladimir Nepomuceno do MPOG quando estive com ele, juntamente com o Gil Vicente, tratando entre outros assuntos de emissão da medida provisória".

Em 27 /09/ 2004, o Andes pediu a Tarso Genro uma audiência para tratar do assunto, mas ele não respondeu. O Andes, então, "encaminhou Notificações Extrajudiciais Premonitórias a todas as pessoas mencionadas como presentes à reunião realizada no dia 14/09/2004 no gabinete do secretário Executivo Adjunto do MEC". O alvo era saber

"a natureza da nova entidade proposta". Em 5/11/ 2004 o secretário Executivo Adjunto do MEC respondeu à Interpelação. "Examinando a resposta do Secretário Jairo Jorge, é possível depreender que o referido Secretário confirma a existência da correspondência do professor Homero Catão M. da Trindade, sugerindo uma suposta violação de correspondência". Termina a nota do Andes. Depois das espionagens ao modo da Kroll, é estranho que o modus operandi seja tão rocambolesco. Mas o Brasil vive em ritmo de rocambole: tudo se dobra, numa curva sem fim.

Mas seria ética a correspondência sigilosa entre ministro e docentes, quando o assunto é a formação de novos organismos representativos, à revelia dos que já existem ? Se a reunião referida existiu, onde vai parar a determinação da OIT que proíbe ingerências governamentais nos sindicatos? O governo não está contente com o Andes porque este último se coloca em sentido contrário às "reformas" da universidades, consubstanciadas em medidas provisórias e outros meios de fragilíssima legitimidade legislativa? Está o governo preparando, com a criação do "novo" organismo, a "reforma sindical" que atenuará o poder de fogo do sindicato na defesa de sua categoria? Se a resposta for positiva, assistimos o renascer do peleguismo, o que envergonha os professores universitários brasileiros.

Roberto Romano é filósofo e professor titular do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp.